



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º ,DE 2025

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, acerca da decisão do Governo Lula de retirar o Brasil da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), tendo em lume o enfraquecimento dos compromissos históricos do Estado brasileiro com os direitos humanos, a preservação da memória das vítimas do Holocausto e o combate ao antissemitismo.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, acerca da decisão do Governo Lula de retirar o Brasil da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), tendo em lume o enfraquecimento dos compromissos históricos do Estado brasileiro com os direitos humanos, a preservação da





memória das vítimas do Holocausto e o combate ao antissemitismo.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Qual a justificativa concreta, oficial e documentada apresentada pelo Itamaraty para que o Brasil deixasse de integrar a Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), organização que tem como missão preservar a memória de um dos episódios mais bárbaros da história da humanidade?*
- *Por que o Governo Lula optou por se afastar de iniciativa global de combate ao antissemitismo, ao invés de se posicionar firmemente contra regimes autoritários que perseguem minorias religiosas, políticas e étnicas?*
- *Houve alguma consulta formal ao Congresso Nacional, à comunidade judaica brasileira ou à sociedade civil antes da adoção dessa medida que compromete a imagem internacional do Brasil e viola compromissos históricos com os direitos humanos?*
- *Por que a decisão foi tomada em absoluto silêncio institucional, sem nota oficial, coletiva de imprensa ou qualquer ato de transparência pública, como se o Brasil estivesse envergonhado do caminho que escolheu trilhar?*
- *Quais foram os critérios objetivos utilizados para considerar que a permanência do Brasil na IHRA seria contrária aos interesses nacionais, e onde constam esses critérios formalizados?*
- *Quais medidas o Ministério das Relações Exteriores pretende adotar para mitigar o profundo desgaste causado junto ao Estado de Israel, às organizações judaicas internacionais e às instituições de direitos humanos após essa decisão?*
- *Considerando o retrocesso diplomático que a decisão representa, o ministro reconhece que o Brasil perde autoridade moral para tratar de temas como liberdade religiosa, combate ao ódio e promoção da tolerância em fóruns multilaterais?*





JUSTIFICATIVA

É nefasta a decisão do Governo Federal de retirar o Brasil da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), organismo cujo escopo transcende conveniências diplomáticas, pois se enraíza na memória coletiva da humanidade e na defesa intransigente contra o esquecimento.

Não se trata de ato trivial de política externa, mas de preocupante renúncia simbólica aos compromissos morais que sustentam a decência das nações. Ao virar as costas a uma aliança forjada na dor dos inocentes e no clamor dos que sobreviveram ao abismo da crueldade humana, o Brasil envia ao mundo um recado sombrio: o de que o dever de lembrar pode ser sacrificado no altar de conveniências ideológicas.

A saída da IHRA fere a consciência internacional, porque o Holocausto não é mera sombra remota, mas presença persistente — inscrita na história das famílias dilaceradas, nos nomes apagados das lápides, nas cicatrizes que ainda palpitam em instituições e nações que escolheram não esquecer. Abandonar essa aliança é mais do que erro estratégico: é declaração de indiferença moral.

O combate ao antissemitismo, ao negacionismo e à intolerância não admite hesitações. Ele exige constância, firmeza e honra. Romper com esse esforço coletivo é abrir espaço para o retorno dos espectros mais vis da história — aqueles que se nutrem do silêncio, do cansaço e da relativização dos horrores cometidos.

O Holocausto foi nefasta rachadura na história mundial. A cada geração cabe a tarefa de velar por sua lembrança, não como relíquia de museu, mas como alerta permanente. Rejeitar essa lembrança é





CÂMARA DOS DEPUTADOS

enfraquecer as muralhas da razão e permitir que os monstros da história espreitem novamente entre os homens.

Este gesto do governo revela não apenas a quebra de nossa tradição diplomática — fundada na defesa da paz, da tolerância e da dignidade humana — mas preocupante desvio ideológico, que troca valores universais por interesses mesquinhos e alinhamentos espúrios com regimes cuja relação com a liberdade é, no mínimo, imoral.

Diante da gravidade dos fatos, é imprescindível que o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, esclareça formalmente os fundamentos dessa decisão, os responsáveis por sua adoção, as comunicações internas e externas envolvidas, e os danos que se reconhecem, ou não, à imagem internacional do Brasil. A sociedade brasileira e o Parlamento têm o direito — e o dever — de exigir respostas.

Sala da Comissão, em de de 2025.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

